

Os intelectuais da Escola Superior de Guerra e a vitória do Ocidente: do júbilo ao desconforto

Luiz Claudio Duarte*

Resumo

Analisando documentos publicados pela Escola Superior de Guerra e por alguns dos seus intelectuais, na primeira parte deste texto discute-se a atuação dos intelectuais civis e militares na construção da identidade do Brasil como país ocidental de valores democráticos e cristãos. Na segunda parte, reflete-se sobre o processo histórico no qual a geoestratégia estadunidense ressignificou os conceitos de Ocidente e Hemisfério Ocidental e a adesão da Escola Superior de Guerra à política de alinhamento automático com os Estados Unidos. Na parte final, abordam-se as contradições dos intelectuais da Escola Superior de Guerra que, por um lado, rejubilaram-se pela vitória do “mundo livre” diante do “perigo vermelho”, mas por outro, desencantaram-se e mesmo revoltaram-se com os planos econômicos e estratégicos da superpotência assumida pelos Estados Unidos para os “países fracos”. Procura-se demonstrar que no contexto posterior à Guerra Fria os intelectuais da Escola Superior de Guerra passam a defender, para as Forças Armadas brasileiras, a busca da autonomia doutrinária e de equipamentos frente ao antigo aliado e manifestam clara hostilidade ao neoliberalismo e ao que consideram processo de enfraquecimento do Estado nacional e fragilização da soberania.

Palavras-chave: Guerra Fria; Estratégia; Autonomia de doutrina e equipamentos.

Estudar o pensamento militar brasileiro contemporâneo por meio da produção acadêmica desenvolvida na Escola Superior de Guerra (ESG) abre um campo bastante vasto de temas, dentre eles as interpretações dos esguianos relativas às mudanças da geopolítica decorrentes do fim da Guerra Fria e a consolidação dos Estados Unidos como a única superpotência militar do planeta. Tal transformação geopolítica impactará profundamente a base doutrinária das Forças Armadas (FFAA) dos países periféricos que tinham no anticomunismo a principal ideologia unificadora (FERREIRA, 2005).

A Escola Superior de Guerra constituiu-se em importante centro difusor da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a qual incorporava o anticomunismo em seu núcleo, isto é, como seu fundamento (OLIVEIRA, 1978; 1994), mas não se restringia ao anticomunismo, ou melhor, não reduzia a luta contra o comunismo à esfera repressiva

* Mestre em História e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de História de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense (UFF).

que abrangia um projeto de Brasil a ser transformado em potência econômica, política e mesmo militar. O progresso econômico a ser estimulado e induzido pelo Estado é que, ao resolver as vulnerabilidades econômicas e sociais do país, efetivamente serviria de freio ao comunismo (DUARTE, 2012). Assim, a doutrina militar brasileira fundamentou-se no período posterior à Segunda Guerra Mundial em dois objetivos estratégicos: por um lado preservar a soberania nacional no caso de algum eventual conflito regional e, por outro, defender o sistema capitalista e o Estado contra a possibilidade de uma revolução comunista. A centralidade na luta contra o comunismo fortalecia a aliança natural com os Estados Unidos, valorizado como nação amiga e líder do “Ocidente democrático e cristão” (DUARTE, 2012).

A ESG contribuiu para fomentar nas elites brasileiras o sentido de pertencimento ao que é denominado de Ocidente cristão¹. A tese de que o Brasil faz parte desse Ocidente e se caracteriza também por ser cristão é expressa e repetida nos **Manuais Básicos** da ESG². Neles lemos: “Situa-se a sociedade brasileira na vertente da cultura

¹ Os termos “elite” e “elites” serão utilizados entre aspas por fazerem parte do vocabulário e da ciência política praticada pelos intelectuais da ESG, não sendo, contudo um conceito próprio do materialismo histórico, corrente teórica que orientou a pesquisa da qual resulta este artigo. O objetivo central dos esguianos é a formação política e ideológica do que chamam de “elites”, mormente as “elites” política, econômica e militar. Isto é, aqueles que têm o poder decisório na esfera política, econômica e militar, pois cabe às “elites” não somente planejar e executar as políticas necessárias ao desenvolvimento nacional com segurança, como também dirigir o povo visando o “bem comum” (DUARTE, 2012).

² Na pesquisa servi-me de três grupos diferentes de fontes. O primeiro formado por documentos oficiais da ESG, que expressa a posição do Comando da Escola. No caso os **Manuais Básicos** e os **Fundamentos Doutrinários** publicados entre 1988 e 2006 pelo Centro de Estudos Estratégicos (CEE). Outro conjunto de fontes foi formado por documentos produzidos por Colaboradores e Estagiários da ESG, tanto como trabalhos individuais, a exemplo dos encontrados nos **Cadernos de Estudos Estratégicos** e na **Revista da Escola Superior de Guerra**, como aqueles nascidos dos grupos de estudos específicos, a exemplo dos estudos de **Avaliação de Conjuntura**. Grande parte da documentação produzida na ESG resulta dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos que são planejados e coordenados pelo Departamento de Estudos. O terceiro grupo de fontes foi formado por textos produzidos por Colaboradores e Conferencistas da ESG e que não foram publicados pela própria Escola. Não pude ter acesso a todos os documentos que pretendi examinar já que há aqueles que são classificados como “confidenciais” e são acessíveis somente a membros do Corpo Permanente. As atividades acadêmicas desenvolvidas na ESG são executadas por um Corpo de Colaboradores Permanentes (como são chamados os professores), por Conferencistas Especiais e por Estagiários (os alunos). O seu Corpo de Colaboradores é formado basicamente por servidores civis e militares cedidos ou transferidos à ESG por diferentes órgãos da administração pública. Para maiores informações a respeito da base legal que criou e regulamenta o funcionamento da ESG, bem como sobre ingresso de estagiários e composição do Corpo Permanente ver: BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 12.561, 30 de ago. 1949. Seção 1. BRASIL. Lei nº 5.874, de 15 de agosto de 2006. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, ano CXLIII, nº 157, p. 1, 16 de ago. 2006. Seção 1. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Regimento Interno da ESG**. Portaria nº 04/ESG, de 29 de fev. 2008, disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2009/01/regimento-interno.pdf>>, acesso em 27/06/2010. Id. **Manual do Estagiário**. Rio de Janeiro: ESG, 2008. Cópias das Leis 785, de 20/08/1949 e 5.874, de 15/08/2006, estão disponíveis em: <<http://www.esg.br/uploads/2009/01/lei-de-criacao1.pdf>> e <<http://www.esg.br/uploads/2009/01/regulamento-da-esg.pdf>>.

ocidental, marcada pela influência cristã [...]” ou: “Situa-se a sociedade brasileira na vertente acentuadamente latina dos valores da cultura ocidental, de marcada influência cristã [...]”. Essa definição persistiu nos manuais seguintes, ao menos até o ano de 2009. Sua permanência nos anos posteriores ao fim do regime militar significa não ser uma definição fortuita ou meramente conjuntural, mas a expressão de um sentido de pertencimento, uma identidade ideológica dos esguianos e dos militares em geral que se veem como pertencentes a um mesmo projeto civilizacional: o da civilização “ocidental cristã e democrática” (ESCOLA, 1988; 1989; 1992; 2006b; 2009).

Para o general Golbery do Couto e Silva, um dos principais estrategistas da ditadura:

[...] o Brasil, surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria Cristandade, produto de uma **transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu** para terras quase desertas e virgens [...] **não poderia renegar jamais esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura**. E, pois, **pertencemos ao Ocidente**; nele estamos e vivemos; o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, [...] **nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos**, [...]. Nós somos, também, o Ocidente (SILVA, 1981, p. 226-227 – grifos nossos).

Em função desse pertencimento o Brasil tinha compromissos com o Ocidente, pois “o antagonismo entre o Ocidente cristão e o Oriente comunista domina ainda a conjuntura mundial” (SILVA, 1981). Nesse sentido, a doutrina esguiana no período da Guerra Fria foi marcada e assumidamente internacionalista. A segurança do Brasil era pensada diretamente vinculada à defesa do Ocidente, do mundo livre contra a barbárie comunista.

Discursivamente essa identidade cultural, que se expressa em uma identidade política e na existência de interesses comuns, é apontada como a razão central para o alinhamento com os países ocidentais, democráticos e cristãos, condição histórica que o comunismo ameaçaria com o seu ateísmo, por ser uma ideologia estranha à tradição cristã e pacífica dos brasileiros.³

Mas, o que caracteriza hodiernamente o Ocidente do qual o Brasil, no dizer dos esguianos, é parte integrante?

³ A aproximação política e ideológica dos oficiais brasileiros com a geoestratégia estadunidense teve na experiência da FEB um momento crucial. Dessa convivência com oficiais estadunidense nascerá o projeto criação da ESG em 1949. (DUARTE, 2012).

No entender do coronel Santos:

Em nosso processo de colonização, **a classe dominante, branca por autodefinição**, de uma população essencialmente mestiça teve sua preocupação fundamental, [...], no plano racial, afirmar sua condição branca; no plano cultural, sua **uropeidade**. Sua aspiração era a da condição lusitana, posteriormente inglesa e francesa para nos dias atuais voltar-se mais aos Estados Unidos. (SANTOS, 2003, p. 42 – grifos nossos).

Portanto, a ruptura com o colonialismo europeu não implicou em ruptura com a europeidade e deu origem à colonialidade, visto que os valores, os referenciais (especialmente os raciais) da elite branca que comandou os processos de colonização, descolonização, montagem e consolidação dos Estados-nação nascidos da descolonização, expressarão a herança colonial, uma visão de mundo que em termos culturais e raciais terá a Europa – e não a América nativa, mestiça e afrodescendente – como referência de civilização (MIGNOLO, 2005).

O Ocidente Ressignificado

Mignolo (2005) afirma que a ideia de hemisfério ocidental deu lugar a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial, com impactos nas relações Norte/Sul. Sua formulação esteve ligada ao processo de descolonização da América, constituindo-se em um projeto das elites brancas que lideraram a descolonização (MIGNOLO, 2005). Analisando os discursos de Simón Bolívar e Thomas Jefferson, Mignolo (2005, p. 85-86 – grifos nossos) conclui que: “As ideias de ‘América’ e de ‘hemisfério ocidental’ [...] foram imaginadas como o lugar de **pertencimento** e do direito à autodeterminação [...]” das nações saídas da descolonização. Porém, sua formulação pelos líderes da descolonização deixa de fora (ainda que dentro) – pela europeidade que se mantém na noção de hemisfério ocidental – as populações nativas e as originárias da África, as quais, por sua vez, não se identificarão como ocidentais. Como decorrência da condução *criolla* dos processos de independência ter-se-á a emergência do colonialismo interno que, no dizer de Mignolo, é “[...] a diferença colonial exercida pelos líderes da construção nacional.” (MIGNOLO, 2005, p. 85).

Se o imaginário de hemisfério ocidental nasceu na primeira onda de descolonização na América hispânica, na geopolítica produzida pela elite militar brasileira, o Ocidente aparece como um lugar de “pertencimento” buscado pelos

militares – mas não só por eles – no pós-Segunda Guerra Mundial (ESCOLA, 2006a). Um lugar que se inserirá em um processo de integração a uma colonialidade que não terá mais a Europa como centro – ainda que ela seja parte importante desse Ocidente –, mas os Estados Unidos. Integração que, para os críticos da Doutrina de Segurança Nacional, implicará no agravamento do processo de subordinação ao imperialismo estadunidense, mormente nos anos da ditadura empresarial-militar (IANNI, 1981).

Ao contrário de uma oposição geopolítica entre América e Europa, como na conceituação bolivariana do período colonial, tem-se, durante a Guerra Fria, uma integração discursiva das Américas (com a exceção óbvia de Cuba) à Europa ocidental, configurando uma identidade geopolítica, econômica e cultural, mas cujo centro passa a ser os EUA. Ou seja, no pós-Segunda Guerra Mundial, o imaginário do hemisfério ocidental não significa somente a América; incorpora, ainda que de forma subordinada aos EUA, a Europa ocidental, isto é, a Europa capitalista que existiu entre 1945 e 1991 como aliada na luta contra “o perigo vermelho”.

Mas por que será preciso atualizar o conceito? Que elemento novo se apresentou? As noções de **Ocidente** e de **hemisfério ocidental** precisarão ser redefinidas em decorrência das modificações operadas nos polos constitutivos da dialética que os configurava. O **Ocidente** e o **Oriente** não mais se distinguirão fundamentalmente pela oposição religiosa/cultural (cristãos versus não cristãos) bem como o **hemisfério ocidental** não mais se definirá em oposição ao colonialismo europeu. Os dois termos tornar-se-ão idênticos em virtude de um novo polo oposto, que não era temporalmente novo, mas que ganhou uma nova e maior dimensão, tornando-se, portanto, uma “ameaça” de maior significação no período posterior à Segunda Guerra Mundial: o comunismo ou mais especificamente o campo político liderado pela União Soviética (OLIVEIRA, 1987 – grifos nossos).

Ocidente e hemisfério ocidental são conceitos relacionais, nasceram da dialética de oposição/identidade entre Europa/Ásia, América/Europa conduzida pelas elites europeias no primeiro caso e, americanas, no segundo caso. Ao mudar a dialética que os fundamentava a sua significação também será alterada. A permanência do seu uso demandou a sua ressignificação. A partir da constituição do chamado campo socialista, os conceitos de Ocidente e Hemisfério Ocidental foram ressignificados e identificados a partir de uma nova oposição: o Ocidente ou hemisfério ocidental cristão e capitalista versus a cortina de ferro, o mundo comunista. De um lado, o “mundo livre”, capitalista; de outro, os regimes totalitários ou “do Leste”. Segundo o coronel Cambeses Júnior (2008), a “[...] ameaça comunista foi o catalisador do consenso internacionalista da

Guerra Fria.” (ESCOLA, 1989, p. 234).⁴

Esse Ocidente que incluirá a América, mas também a Europa capitalista começou a ser delineado em fevereiro de 1945 na Conferência de Ialta, foi anunciado em 1947 quando o primeiro-ministro inglês Winston Churchill advogou a criação de uma cortina de ferro para isolar o que se passou a denominar de “bloco comunista” e os EUA criaram a CIA. Tem-se, então, a criação de um novo imaginário: a Europa do Leste ou Leste Europeu, ao qual se contraporá outro imaginário: a Europa ocidental, agora identificada com o conjunto de nações europeias livres, isto é, capitalistas (SAUNDERS, 2008; LOSURDO, 2010; GÓES, 2006).

Esta geopolítica estadunidense conhecida como Geoestratégia da Contenção, que propagará a representação do mundo dividido em nações livres e regimes totalitários, foi consolidada com o anúncio, também em 1947, da Doutrina Truman que explicitou as pretensões imperialistas dos EUA depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1948, a Grã-Bretanha criou o IRD⁵ e, nesse mesmo ano, entrou em vigor o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). A ressignificação do conceito de Ocidente estará em perfeita consonância com a Geoestratégia da Contenção e com o *modus faciendi* dos EUA no tocante à formação das alianças internacionais, qual seja, o de servir-se de bandeiras-símbolos para conquistar alianças em favor dos seus interesses particulares (GÓES, 2006).⁶

No contexto da “Geoestratégia da Contenção”, os esguianos absorvem o discurso estadunidense que culpa a URSS e seu suposto interesse expansionista pela Guerra Fria: “A Guerra Fria foi forçada nos Estados Unidos pelo expansionismo soviético [...]” (CAMBESES JÚNIOR, 2009).

Ao anunciar seu plano para a recuperação da Europa, em 05 de junho de 1947 na cerimônia de colação de grau dos formandos da Universidade de Harvard, uma das

⁴ A respeito do processo histórico pelo qual o anticomunismo tornou-se a ideologia unificadora dos militares brasileiros e o lugar da Guerra Fria e da ESG nesse processo ver FERREIRA (2005).

⁵ O Departamento de Pesquisa de Informações (IRD na sigla em inglês). (CANTARINO, 2011; SAUNDERS, 2008).

⁶ O comandante Guilherme Sandoval Góes vai pôr em questão os significados e as consequências da “Geoestratégia da Contenção” ao analisar a relação que ela terá com a implantação e sustentação das ditaduras militares na América Latina, mormente na América do Sul. Segundo o comandante, a imposição de ditaduras militares foi, “[...] sob a ótica estadunidense [...] incontestavelmente, **a forma mais econômica de evitar a propagação comunista no contexto latino-americano.**” (GÓES, 2006, p. 151–grifos nossos). Referindo-se à aliança dos EUA com as ditaduras que formaram a Organização do Tratado do Centro (OTCEN), o mesmo autor escreve: “[...] Com perspicácia, **os EUA descartaram o princípio democrático**; o que importava naquele contexto geopolítico era construir um arco de defesa anticomunista [...]”. (GÓES, 2006, p. 149-150 – grifos nossos).

matrizes do *establishment* estadunidense, disse o general Marshall:

[...] o mundo inteiro [e] [...] o estilo de vida que conhecemos no passado estão literalmente na balança [...] “Há uma instabilidade geral. Há esforços concentrados para alterar toda a face da Europa tal como a conhecemos, que contrariam os interesses da **humanidade livre** e da **civilização livre**” [...] Se ela for deixada por sua conta, não haverá como escapar de um sofrimento econômico tão intenso, de uma insatisfação social tão violenta e de uma confusão política tão disseminada, que a base histórica da **civilização ocidental, da qual somos parte integrante por convicção e por herança**, assumirá uma nova forma, **à imagem da tirania que lutamos para destruir na Alemanha**. (SAUNDERS, 2008, p. 39 – grifos nossos).

Na prática, isso significou que os EUA assumiram para si o papel de *gendarmierie monde* que até então coubera às potências colonizadoras europeias, especialmente a Inglaterra. Já não se tratava mais de “a América para os americanos” da Doutrina Monroe (1823) nem do “corolário” Roosevelt (HUBERMAN; SWEEZY, 1961), mas da consolidação de uma nova divisão do mundo, de um novo imperialismo que engendrará uma nova colonialidade em que o modelo a ser copiado não mais será o da alta cultura europeia, mas do *american way of life*.

O Ocidente se definirá em termos de alinhamento militar contra o comunismo e os países do bloco soviético. Esse alinhamento político-militar será expresso na formação, em 1949, da OTAN. Esse Ocidente construído ou reconstruído, ressignificado no contexto da Guerra Fria, não será homogêneo e simétrico. Ao contrário. Existirá o Ocidente mais importante e valorizado, composto pelos EUA, pelo Canadá e pela Europa capitalista. Um Ocidente não somente capitalista, mas que se verá como superior e civilizado. E o Ocidente de menor valia, formado, no escopo deste artigo, mas não só, pela América Latina. Esse Ocidente periférico será objeto das práticas imperialistas e mesmo colonialistas do Ocidente dominante. Nele subsistirá tanto o colonialismo interno quanto a colonialidade, com os EUA principalmente, mas também com a Europa do Mercado Comum Europeu e o Japão como referências de modernidade, progresso, civilização. Por seu lado, o Ocidente periférico será um aliado na luta contra o comunismo, e ao desempenhar essa função será reconhecido como Ocidente, mas não igual aos países que compõem o Ocidente dominante (CASTRO, 1997).

O conceito de hemisfério ocidental, como analisado por Mignolo (2005), e a propagação do pertencimento a esse hemisfério correspondeu a uma etapa da geopolítica dos EUA em que suas pretensões de dominação eram regionais, não eram

ainda globais, mundiais, como passarão a ser a partir da Segunda Guerra Mundial (HUBERMAN, 1978). A partir desse momento, suas necessidades geoestratégicas ampliaram-se e foi necessário redefinir o campo aliado e o campo inimigo. A ressignificação do conceito de Ocidente responde a essa necessidade geoestratégica.

Os intelectuais esguianos absorveram e reproduziram a noção de pertencimento do Brasil ao Ocidente ressignificado. Ocidente entendido como conjunto de países caracterizados pela estrutura econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção, preferencialmente com regulação pelo mercado (capitalismo); que compartilhariam uma herança cultural comum: o cristianismo; e um projeto societário comum: a democracia liberal (ESCOLA, 1988; 1989).

O Lugar do Brasil no Ocidente Ressignificado

Para ilustrar o argumento da existência de um Ocidente dominante e outro periférico e demonstrar o lugar que ao Brasil será destinado nesse Ocidente ressignificado pelos EUA, cito trecho do discurso do marechal Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura, pronunciado no Itamaraty em julho de 1964:

[...] A política externa não deverá mais ser qualificada de independente, pois **a independência** adquirira valor terminal e **perdera sua utilidade** descritiva **num mundo dominado pela confrontação do poder bipolar**, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros [...] **A posição do Brasil decorre da fidelidade básica da sociedade ao sistema democrático ocidental** [...]. (MARIZ, 1997, p. 106 – grifos nossos).

Foi dentro desse raciocínio de pertencimento a este Ocidente ressignificado que a oficialidade das FFAA brasileiras foi doutrinariamente qualificada (THERBORN, 1980) a partir da segunda metade da década de 1940. Nesse contexto, o sujeito tem uma identidade e uma missão claramente definidas: ele é parte do Ocidente e sua missão precípua é a defesa da civilização ocidental contra a barbárie comunista, materialista e ateia (THERBORN, 1980).

Exemplo da complexidade e ambiguidades das relações dos intelectuais esguianos no tocante às relações do Brasil com o Ocidente dominante pode ser encontrado em dois artigos de um dos mais atuantes intelectuais das FFAA, o coronel Manuel Cambeses Júnior. Analisando o que definiu como sendo os sete capítulos das relações dos EUA com a América Latina, escreveu:

[...] O quinto capítulo é o da Guerra Fria. Terminada a Segunda Guerra Mundial e conformado o mundo bipolar, a América Latina se transformou em cenário primacial para a **imposição** de suas políticas. **Novamente se definiu uma relação do tipo imperial**, que passou a abarcar toda a região. A criação da CIA, em 1947, se adequou bem a esse propósito. Até a invasão do Panamá, em 1989, e, salvos pelo breve parêntese da administração Jimmy Carter, **quase todos os países da América Latina experimentaram, em algum momento, a mão implacável do Governo estadunidense** [...]. (CAMBESES JÚNIOR, 2007, p. 27 – grifos no original).

Entretanto, no ano seguinte, em outro artigo, ao analisar a questão da integração latino-americana o mesmo oficial da Aeronáutica escreveu:

[...] Afortunadamente, para o resto do mundo, a potência hegemônica neste início de século XXI é uma sociedade democrática e, portanto, aberta, corrigível e perfectível. Imaginemos em que tipo de mundo nós viveríamos se a potência dominante fosse totalitária, como a Alemanha nazista ou a União Soviética. Ademais, na sociedade estadunidense, existem poderosos anticorpos de origem liberal que deveriam contrapor-se ao crescimento deste unilateralismo xenóforo. A América Latina tem uma óbvia e estreita relação com os Estados Unidos [...]. (CAMBESES JÚNIOR, 2008, p. 33).

A oscilação discursiva parece refletir a ambivalência ideológica do oficial frente às posições imperialistas dos EUA, cada vez mais explícitas na Nova Ordem Mundial posterior à derrocada da URSS. Mas essa percepção negativa confronta-se com a qualificação doutrinária tradicional que tinha na positivação dos valores e da política estadunidense um dos seus pilares.

Qualificados pela doutrina do anticomunismo e da segurança nacional, os intelectuais esguianos que foram forjados e se desenvolveram profissionalmente no contexto da Guerra Fria, têm – ou tinham – suas referências intelectuais, políticas e ideológicas condicionadas pela colonialidade, pela subordinação ideológica aos EUA que se mantêm como referência de civilidade, de sociedade democrática e perfectível. Assim, nas relações com o país líder do Ocidente, se certos interesses entram em conflito, o caminho não pode ser o da ruptura, cabe-nos tão somente buscar melhorar nossa imagem negativa junto à opinião pública norte-americana e, desse modo, conquistarmos os favores e a benevolência da América (USA), uma política não imperial por parte da potência hegemônica que, afortunadamente para nós e para o mundo, venceu a Guerra Fria.

A profunda identificação ideológica com os líderes do Ocidente, particularmente com os EUA, mostra-se ainda mais evidente nas reflexões do general de divisão Carlos de Meira Mattos, reconhecido no meio militar como um dos mais importantes teóricos

da geopolítica no Brasil e esguiano destacado.

Ao comentar a geopolítica mundial e a situação, após o fim da Guerra Fria, dos países que não fazem parte do que, no discurso esguiano, é chamado de Centros de Poder Econômico (CPEs), o general afirma:

Certamente terão que ser feitas algumas concessões relativas aos antigos conceitos de soberania e autodeterminação do estado-nação. Serão ajustes entre as partes, **lógicos, sensatos, realistas. A soberania será mantida se as concessões e ajustes se fizerem com o consentimento das partes.** A autodeterminação não será ferida se for compreendida num quadro realista, de necessária conjugação de esforços. (MATTOS, 1997, p. 99-100 – grifos nossos).

Em quem o general confiava para a obtenção de acordos lógicos, sensatos, realistas e mutuamente pactuados entre os países mais desenvolvidos que comandam a invasão tecnológica e os invadidos?

É neste sentido harmonizador que devem se empenhar **as inteligências dos estadistas das grandes nações, portadoras da alta tecnologia.** Se assim não o fizerem, irão demolir a estrutura política internacional que vem dando **equilíbrio** à sociedade mundial. **Se assim não o fizerem, serão responsáveis pelo retrocesso das conquistas obtidas através do longo processo político liberal democrático que reconheceu a todas as nações o direito de serem livres.** Pois, se assim não o fizerem, **restaurarão no mundo um novo Colonialismo,** das metrópoles detentoras da alta tecnologia, ou então, implantarão o que já está sendo chamado de “Apartheid tecnológico”. (MATTOS, 1997, p. 100 – grifos nossos).

Qualificados doutrinariamente nos princípios da DSN, os militares brasileiros, no contexto da dicotomia mundial entre EUA e URSS, internalizaram a convicção de que parte do Ocidente democrático e cristão estaria alinhada com os EUA. Tal formulação teve na ESG o seu principal centro difusor no Brasil (OLIVEIRA, 1978). Contudo, ao ler os textos produzidos por intelectuais esguianos no último decênio do século XX e nos anos iniciais do século XXI, percebe-se a dificuldade de lidarem com uma realidade geopolítica em que os antigos aliados, sobretudo os EUA, aparecem como potenciais adversários. Existe a percepção de que os antigos aliados comandam hoje o processo de globalização voltado à dominação e à expropriação das riquezas dos países militarmente mais fracos – inclusive o Brasil –, ameaçando a plenitude do Estado Nacional e mesmo o poder e a existência das FFAA nacionais (DUARTE, 2012).

Findado o contexto histórico no qual os intelectuais da geopolítica estadunidense forjaram e propagaram o conceito resignificado do Ocidente como o oposto do mundo comunista (SAUNDERS, 2008), abriu-se uma crise de identidade entre os intelectuais

das FFAA, mormente entre os esguianos que, por mais de quatro décadas haviam absorvido e propalado como a única lógica possível de pensamento a matriz bipolar e a geopolítica da Guerra Fria. Ao longo dessas décadas, a intelectualidade esguiana acreditou no capitalismo estadunidense como modelo de modernidade, progresso e desenvolvimento. Desenvolver-se era aproximar-se daquele padrão que caracterizaria, entre outros elementos, o Ocidente e sua superioridade em relação ao atrasado mundo comunista.

O júbilo pela vitória sobre o comunismo fez-se acompanhar do desconforto resultante da percepção de que tal vitória implicou a redução da importância estratégica das FFAA dos Estados periféricos no cenário internacional, deixando-as expostas aos ditames do neoliberalismo. A vitória sobre o comunismo desfez os fundamentos da DSN e com ela o núcleo ideológico estruturador da política de Segurança Nacional que valorava as FFAA periféricas no contexto da Guerra Fria, contribuindo para, juntamente com os efeitos econômicos das gestões neoliberais, gerar a crise de identidade que, desde o início dos anos de 1990, atinge os militares brasileiros (VIDIGAL, 1997).

Se, durante os anos da Guerra Fria, as relações entre o Brasil, como parte do Ocidente periférico, e os EUA (Ocidente dominante) conheceram momentos de tensões, a exemplo da questão do acordo nuclear com a Alemanha de 27 de junho de 1975 e a denúncia do Acordo Militar com os EUA em 1977, a tendência predominante foi a da adesão econômica, política, diplomática e cultural da burguesia brasileira e seus representantes intelectuais, incluindo as elites militares, as diretrizes dos Estados Unidos e a contínua reafirmação do pertencimento do Brasil ao sistema ocidental. Deu-se um alinhamento automático mais ou menos intenso (PASSARINHO, 2011; FEROLLA, 1994).

Do júbilo ao desencanto

Vencida a Guerra Fria, saiu de cena o fantasma da subversão ou da invasão comunista e ascende, ao primeiro plano das preocupações militares, o risco de uma intervenção estrangeira a partir exatamente dos antigos aliados do Ocidente democrático e cristão ao qual os esguianos sempre insistiram em incluir o Brasil e o qual teríamos o dever de defender contra a barbárie comunista (SILVA, 1981).

Em 2006, em palestra proferida na FIESP, o General Barros Moreira, então comandante da ESG, falou à burguesia paulistana sobre as preocupações da ESG e dos

militares com as limitações que estavam sendo impostas às FFAA.

O general explicou que [...] o Brasil dependente do mercado externo numa área estratégica.

Ele deixou claro que os militares do Exército estão capacitados para um **possível conflito**, mas há carência de novos equipamentos, como mísseis para defesa aérea de alta altitude e veículo lançador de satélites [...].

De acordo com o general, além de fragilizar a segurança terrestre e aérea, a escassez de recursos causa relevante preocupação na defesa marítima, uma vez que 90% da atividade petrolífera é realizada no mar e 95% do comércio internacional acontece por essa via.

‘Embora a legislação diga que os royalties do petróleo devam ir para a Marinha, esse dinheiro acaba no pagamento da dívida’, lamentou [...]. (MOREIRA, 2006 – grifo nosso).

Considerando as dificuldades econômicas dos governos neoliberais do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e suas consequências para a segurança nacional, o Coronel esguiano Ivan Fialho, escreveu que:

Essa situação torna ainda mais necessário, se bem que mais difícil, convencer a sociedade e, em particular, as **elites políticas**, da importância da dimensão militar e da correspondente alocação de recursos para a defesa.

Procuraremos mostrar que o Ministério da Defesa (MD) e seu **braço acadêmico, a Escola Superior de Guerra (ESG)**, devem adotar nova visão ampliada e multidisciplinar do conceito de segurança nacional, ao lado do novo papel do Estado, no que se refere ao planejamento da Defesa Nacional. (FIALHO, 2002, p. 223-224 – grifos nossos).

Particularmente na era da economia globalizada, diziam os esguianos, que o fator econômico torna-se preponderante e condiciona a capacidade do Estado de alcançar os objetivos nacionais. No caso do Brasil, preocupava sobremaneira aos intelectuais esguianos a dependência dos capitais externos, principalmente do capital especulativo, para o fechamento do balanço de pagamentos e para a manutenção da estabilidade monetária. Além disso, os pesados serviços da dívida pública sorveriam os recursos faltantes à área de defesa e para o desenvolvimento nacional (FIALHO, 2002).

Essa situação de risco de instabilidade econômica e financeira não é apenas conjuntural; antes, apresenta certo caráter estrutural, dada a volatilidade do capital e a rápida propagação de crises financeiras entre países, além do pesado estoque da dívida pública acumulada, ao longo de muitos anos. O desenvolvimento econômico forçosamente é afetado pela redução dos investimentos produtivos, o que gera estagnação, desemprego e deterioração da infraestrutura viária e do parque industrial com graves reflexos negativos sobre a estabilidade política e social e, em consequência, sobre a segurança. Vemos, portanto, que, no quadro da globalização, a vulnerabilidade externa de ordem financeira, condicionando a estabilidade econômica, passa a representar a principal dimensão da segurança nacional para diversos países emergentes, inclusive o Brasil. (FIALHO, 2002, p. 225-226).

Mas para que o Estado, que na ciência política da ESG encarna a expressão do Poder Nacional, possa dar o adequado tratamento à expressão econômica da segurança nacional, é preciso que, entre outros fatores, o país não esteja sob ameaça externa; que experimente uma situação de paz, cooperação e boa convivência com os países vizinhos, de forma que os recursos disponíveis ao Poder Nacional possam ser direcionados não para a guerra, mas para o equacionamento das vulnerabilidades econômico-sociais e para induzir o desenvolvimento, até por que a força econômica é a fonte mais importante do poder nacional (FIALHO, 2002).

Além da vulnerabilidade externa, [...], o Brasil, [...] apresenta também importante vulnerabilidade interna de ordem socioeconômica **derivada dos altos índices de desigualdade social e regional**. Esta situação gera exclusão e marginalidade social, minando o senso de cidadania e os sentimentos de coesão e identidade nacional, fundamentais para a integridade de um sistema de defesa nacional, [...]. “[...] a implementação de uma política de defesa sustentável... depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e desequilíbrio regionais [...]” (FIALHO, 2002, p. 228 – grifos nossos).

Essa preocupação dos esguianos de se conseguir, pelo desenvolvimento econômico e por meio de políticas públicas, reduzir as diferenças/desigualdades sociais e regionais de forma a impedir o surgimento ou agravamento de tensões internas que possam redundar em ameaças à segurança nacional⁷, mostra o entendimento dos esguianos de que a ordem interna não deve ou não precisa mais ser obtida principalmente por meios repressivos, mas pela satisfação das necessidades materiais essenciais da população e por se dispor de um sistema econômico, político e social capaz de permitir, através do esforço pessoal e do mérito, o progresso dos indivíduos.

[...] como vencer a pobreza e alcançar um desenvolvimento equilibrado? É uma utopia o crescimento com equidade?

A realidade tem demonstrado que não é uma quimera a aspiração de **abater** a pobreza e crescer simultaneamente. Para isto é necessário pôr ênfase especial no desenvolvimento humano, pois **quanto maior for o progresso das pessoas**, mais rápido será o banimento da **pobreza crítica**, e mais fácil será a tarefa de aplicar programas econômicos que garantam uma significativa rentabilidade social e um alto grau de desenvolvimento econômico. (CAMBESES JÚNIOR, [2003?] – grifos no original).

⁷ Evidentemente os intelectuais esguianos não compreendem a desigualdade social como decorrência lógica e necessária da existência da propriedade privada dos meios de produção, mas como desequilíbrio na distribuição da renda que pode ser amenizado pela ação reguladora do Estado.

Ou seja, é preciso que prevaleça na sociedade o sentimento de que o Estado propicia a justiça social e cuida do bem-comum.⁸

As condições de penúria em que foram lançadas as Forças Armadas nos governos dos presidentes Collor e Fernando Henrique Cardoso⁹ produziram discursos hostis ao neoliberalismo e desconfiança com a globalização entre os esguianos, ainda que, parte da intelectualidade da Escola Superior de Guerra e da elite militar tenha manifestado apoio a ações e medidas pontuais do modelo neoliberal implantado no Brasil a partir do governo do presidente Collor de Mello. Daí as tentativas de alguns comandantes da ESG de procurarem interlocução com outros sujeitos históricos além das tão evocadas, mas também criticadas, elites nacionais. É compreensível, frente ao enorme *gap* econômico, científico e tecnológico existente entre o Brasil e aos centros de poder mundial, a proposição de um novo conceito de segurança nacional que se afasta da Doutrina de Segurança Nacional, não labora com a noção de inimigo interno, não se fundamenta no anticomunismo e enfatiza a necessidade de, fortalecendo o Estado, priorizar o desenvolvimento econômico e amenizar as desigualdades econômicas, sociais e regionais, como condição para se alcançar uma maior coesão social. Tudo isso buscando conquistar maior autonomia econômica, financeira e científico-tecnológica em relação aos capitais externos e às potências ocidentais.¹⁰ É importante ter claro que a ESG, mesmo sendo uma instituição militar, por sua condição especial de Aparelho Ideológico do Aparelho Repressivo do Estado não é uma instituição monolítica. Ainda que funcione com base nos princípios de hierarquia e disciplina, seu Corpo Permanente e seus Estagiários gozam de considerável liberdade de pensamento e expressão indispensável à atividade acadêmica. Assim, encontramos na Escola grupos de estudos produzindo análises contraditórias sobre os mesmos temas (DUARTE, 2012). No tocante às posições dos esguianos em relação à globalização e ao neoliberalismo, há opiniões variadas. É maior a rejeição às medidas neoliberais de enfraquecimento do

⁸ Tal diretriz está presente nos Manuais Básicos da ESG de 1988 a 2006. Um comparativo com o discurso anterior a 1988 escapa ao escopo deste artigo, mas, é perceptível uma mudança de ênfase no aspecto social do desenvolvimento econômico. A superação da vulnerabilidade expressa nas desigualdades sociais não será, na visão atual, conseguida pelo simples crescimento da economia manifestado em dados estatísticos; é preciso ações estatais planejadas, políticas públicas. No período pesquisado tornou-se comum a insistência por parte de esguianos, inclusive de Comandantes da Escola, no apelo a que o Estado e as elites políticas adotem medidas eficazes contra a miséria, contra a pobreza extrema, como condição do desenvolvimento e fator importante para a defesa nacional (DUARTE, 2012).

⁹ Situação que permaneceu igual nos governos do presidente Lula da Silva (DUARTE, 2012).

¹⁰ Escapa ao escopo e ao marco temporal deste artigo analisar como tal perspectiva estratégica, da busca da autonomia, alcançará ou não resultado prático.

Estado nacional, ainda que o nível dessa rejeição possa variar entre os esguianos; e, em relação à globalização, as opiniões vão da rejeição total, sendo a globalização vista como uma artimanha das corporações transnacionais e seus Estados para impor uma nova dominação imperialista e colonialista sobre os países mais fracos, até aqueles que a veem como inevitável e advogam por concessões pactuadas. Entretanto, é perceptível nos textos analisados que a política de alinhamento automático com os EUA e de identificação ideológica plena com a geopolítica estadunidense perdeu espaço (DUARTE, 2012).

É a combinação desses dois fatores históricos – o fim da Guerra Fria como contradição central da agenda internacional hodierna e a maneira bastante tranquila com que a burguesia brasileira conseguiu no período pesquisado (1989-2006) levar a bom termo, para si, a sua luta de classes contra os trabalhadores, por mecanismos hegemônicos, sem que qualquer perspectiva de subversão da ordem burguesa se apresentasse entre fins dos anos de 1980 e a primeira década do século XXI –, que fundamentalmente explica o abandono da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra e a formulação de nova perspectiva estratégica volta à defesa da soberania nacional frente a potenciais ameaças por parte dos chamados países ricos.

Nos documentos que produziram fica claro o desconforto dos esguianos com a situação de verem seus antigos aliados na luta contra o comunismo, particularmente os EUA, transformarem-se em potenciais ameaças à soberania brasileira e estimuladores de uma política econômica, o neoliberalismo, responsável pelo que consideram o enfraquecimento do Estado nacional e das FFAA. Porém, o desconforto está dando lugar a uma nova perspectiva estratégica de defesa nacional mais voltada à conquista da autonomia e à defesa do território, com a preocupação principal voltada a potenciais ameaças externas e não mais para o chamado inimigo interno. No entanto, essa doutrina mais autonomista – que é um movimento não linear – tem esbarrado frequentemente na falta dos recursos econômicos e financeiros necessários à sua implementação plena e não é possível afirmar que ela será vitoriosa. Não é um projeto esguiano *strico sensu*, pois sua formulação e os esforços para sua execução estão também presentes – e até de forma pioneira – em outras agências militares como a Escola de Guerra Naval (EGN), o Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx), a Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e a Escola de

Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).¹¹ No âmbito de um artigo não é possível avaliar precisamente o peso da produção intelectual esguiana na formulação e difusão da nova doutrina militar brasileira comparativamente as outras instituições militares. Certamente o peso político da ESG como lugar de produção da doutrina militar brasileira e representante capaz de influir nas decisões do Estado variou desde a sua fundação em 1949. No período analisado (1989-2006), a influência da ESG parece ter se reduzido bastante em relação aos períodos imediatamente pré-1964 e, sobretudo, em relação ao período da ditadura (DUARTE, 2012).

Entretanto, com a Criação do Ministério da Defesa (MD), a Escola vem retomando prestígio e atualmente busca recuperar sua capacidade de influir aproveitando-se da condição de principal órgão de assessoramento do MD, função que lhe é assegurada pelo Decreto nº 7.974, de 01 de Abril de 2013¹² e que só compartilha no mesmo nível legal com o Conselho Militar de Defesa e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Ou seja, o fim do regime militar não significou o ocaso da ESG e, a julgar por sua posição oficial na estrutura do MD, vem recuperando seu prestígio como representante de, ao menos, setores militares – e no caso de oficiais superiores e generais – no aparelho de Estado.¹³

Ademais é preciso ter em conta as diferenças em termos de missão e objetivo de cada uma dessas instituições. Em termos oficiais a EGN, a ECEME e a ECEMAR são escolas de aperfeiçoamento maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respectivamente. Cada dessas escolas está subordinada à sua força. São – ao contrário

¹¹ Em que pese haver certamente concorrência entre essas agências militares deve-se ter em conta não ser incomum encontramos na ESG, como colaboradores, conferencistas ou estagiários, oficiais que também atuam na EGN e na ECEME.

¹² O Decreto nº 7.974, de 01/04/2013, em seu artigo 47 estabelece: “À Escola Superior de Guerra, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Defesa, cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto no 5.874, de 15 de agosto de 2006. Parágrafo único. Ao Núcleo da Escola Superior de Guerra, em Brasília, cabe realizar a interlocução com os órgãos da administração central do Ministério da Defesa e coordenar a realização de cursos da Escola em Brasília”. O Decreto nº 5.874, de 15/08/2006, que “Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra - ESG e dá outras providências”, em seu artigo 1§ define: “A Escola Superior de Guerra – ESG é um instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”. Cf. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5874.htm>. Por sua vez, o Decreto nº 5.847, de 11/03/2004, ao especificar a composição da Delegação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa (DBJID) em seu artigo 3º, §1º determina: “O estagiário e o assessor civis deverão ser, prioritariamente, membros do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, e serão indicados por processo seletivo no Ministério da Defesa”. Cf. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5013.htm>.

¹³ Para um melhor acompanhamento do nível de influência que a ESG exerceu na qualificação (THERBORN, 1980) de parcelas importantes da burocracia civil e militar bem com de empresários, ver as tabelas da pesquisa que originou este artigo. Cf. DUARTE, 2012.

da ESG que não tem essa finalidade – responsáveis pelo doutoramento dos oficiais e passar por elas é, atualmente, condição *sine qua non* para se alcançar o generalato. Nelas os oficiais aprendem a comandar/chefiar as unidades e grandes unidades. São estritamente militares, voltadas à formação profissional (o que não deixa de ser também formação política e ideológica) dos estrategistas militares, não possuindo, como a ESG, a missão de contribuir para a formação do que os esguianos chamam de elites civis, principalmente a elite política. Ao menos discursivamente fala-se em esforços no sentido de se trabalhar a integração das três escolas através da ideia de operações conjuntas. Nesse ponto entra a ESG, como escola do MD, para pensar a doutrina de operações conjuntas. Essas ideias estão muito incipientes e esbarram-se na resistência das forças singulares que veem a integração como perda de autonomia. Cada força singular ainda busca o máximo de autonomia decisória para si, tanto em termos de doutrina quanto em termos de operacionalização. Esse é um entrave que o Estado ainda não conseguiu resolver. Ou seja, há disputas. Diferentemente das escolas supracitadas que cuidam da formação profissional, a ESG não forma ninguém. Ou melhor, atua na formação política e ideológica, mas não técnica.

A ESG, como disse acima, é uma escola do MD. É um espaço de socialização e criação de uma identidade. Na ESG não existem alunos, existem estagiários que vão lá para trocarem conhecimento (passando e recebendo). Dentro da ESG existe o CEE que é ligado diretamente ao MD e que funciona como seu setor pensante, fazendo, por solicitação ministerial ou por iniciativa própria, análises conjunturais do que está acontecendo. Já o CEEEx se propõe a exercer função similar à ESG, mas especificamente para o Exército e não diretamente ou sob demanda do MD. Ou seja, o CEEEx mostra que as forças singulares, em suas disputas por prestígio e recursos, estão buscando constituir centros de estratégia e de coordenação próprios, mas oficialmente é à ESG que cabe o papel de coordenar o pensamento estratégico e doutrinário que deve reger a Defesa Nacional. Portanto, salvo o período que vai do final do último governo militar (1985) até a criação do MD em 10 de junho de 1999, e que abrange um período da pesquisa que fundamenta este artigo, em que a ESG viveu um real descenso da sua influência no Aparelho de Estado, a posição que a ESG logrou ocupar legalmente na estrutura do MD demonstra que a Escola conseguiu recuperar-se e manter-se influente no centro decisório em relação às políticas de Defesa.

Considerações finais

O fim da Guerra Fria, a expansão do processo conhecido como globalização e a predominância tanto nos CPEs como nas regiões periféricas do que passou a ser denominado de programa ou modelo neoliberal, abriram um período de crise na base doutrinária dos militares brasileiros, nas certezas nascidas no contexto geopolítico anterior. O inimigo central contra o qual as FFAA estavam unidas, o inimigo a ser combatido inclusive internamente, o inimigo há décadas conhecido, contra o qual haviam sido adestrados, não mais existia como ameaça real. Seu centro difusor, a URSS, desaparecera e, por extensão, a própria ideia de comunismo e a teoria que o fundamentava, o marxismo-leninismo, mostrara-se errônea, fracassara e não mais representaria uma ameaça real. Porém, o novo contexto histórico, iniciado na passagem dos anos de 1980 para a década de 1990 com a supremacia militar unilateral dos EUA, não trouxe para os militares brasileiros somente a certeza de uma espetacular vitória sobre o antigo inimigo, trouxe, também, novas tensões, novas preocupações para as quais eles não haviam sido doutrinariamente qualificados.

**Intellectuals of the War College and the Victory of the West:
of the Joy to the discomfort**

Abstract

The article seeks to analyse documents published by the Escola Superior de Guerra – War College Brazil – and by some of its intellectuals. The first part of this text discusses the performance of the civilian and military intellectuals in the construction of the identity of Brazil as a Western country carrying democratic and Christian values. The second part examines the historical process in which the U.S.A. geostrategically re-signified the concepts of the West and the Western Hemisphere and the accession of Escola Superior de Guerra to an automatic alignment policy with the U.S.A. The final part of the article addresses the contradictions of the intellectuals from the Escola Superior de Guerra that, on one hand, rejoiced the victory of the "free world" before the "red scare", but, on the other hand, are disenchanted and even revolted against the economic and strategic plans assumed by the U.S.A. superpower over the "weak states" condition. Finally, this article seeks to demonstrate that, in the post-Cold War context, intellectuals of the Escola Superior de Guerra start to defend, to the Brazilian Armed Forces, the pursuit of an autonomous doctrine and equipment in the face of the former ally, expressing a clear hostility to neoliberalism and to what they consider the process of weakening the State and weakening of national sovereignty.

Keywords: Cold War; Strategy; Autonomy of the doctrine and equipments.

REFERÊNCIAS

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. América Latina – EUA: Os Sete Capítulos de uma Conturbada Relação. **Revista da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 263, p. 26-27, out./nov./dez., 2007.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. A Integração Latino-Americana: Um Imperativo Geopolítico. **Revista da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 264, p. 32-33, jan./fev./mar., 2008.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. **Guerra Fria: O Equilíbrio do Terror**. Disponível em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a079.html>>. Acesso em: 22 set. 2009.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. **Miséria Latino-Americana**. Disponível em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a009.html>>. Acesso em: 18 abr. 2011, [2003?].

CANTARINO, Geraldo. **Segredos da Propaganda Anticomunista: Documentos Diplomáticos Revelam a Atuação do IRD, um Departamento Secreto do Governo Britânico, no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

CASTRO, Therezinha de. O Brasil e a Nova Ordem Mundial: Enfoque Geopolítico (Integração de Grupos Regionais e Sub-Regionais na América do Sul – sua Projeção para o Século XXI). **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 35, p. 26-31, 1997.

DUARTE, Luiz Claudio. **A Produção do Pensamento Militar Brasileiro Contemporâneo pela Escola Superior de Guerra: 1989-2006**. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1988.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico (Doutrina)**. Rio de Janeiro: ESG, 1989.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1992.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Avaliação de Conjuntura 2006**. n. 1. Rio de Janeiro: Centro de Atividades Externas da Escola Superior de Guerra, 2006a.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. (Elementos Doutrinários). v. 1. Rio de Janeiro: ESG, 2006b.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. (Elementos Fundamentais). v. 1. Rio de Janeiro: ESG, 2009.

FEROLLA, Sérgio Xavier. O Que Pensam os Militares? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, **Teoria e Debate**, n. 24, mar./abr./mai., 1994.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder: análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.

FIALHO, Ivan. A Questão da Segurança Nacional Reconsiderada. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 41, p. 223-235, 2002.

GÓES, Guilherme Sandoval. A Nova Ordem Mundial na Era Pós-Bipolar. **Cadernos de Estudos Estratégicos** (Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra), Rio de Janeiro, n. 1, p. 134-175, jul., 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza dos EUA (Nós, o Povo)**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul. **Cuba: anatomia de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LOSURDO, Domenico. **Stalin: história crítica de uma lenda negra**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MARIZ, Vasco. A Política Externa do Brasil nos Últimos 50 Anos. **A Defesa Nacional**, (Cooperativa Militar de Cultura Intelectual), Rio de Janeiro, ano LXXXIII, n. 777, p. 99-113, jul./ago./set., 1997.

MATTOS, Carlos de Meira. O Conflito da Globalização. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 34, p. 97-101, 1997.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o Hemisfério Ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais, Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales [CLACSO], 2005.

MOREIRA, José Benedito de Barros. **Palestra na FIESP**. 2006. Disponível em: <<http://alertabrasiltextos.blogspot.com/2006/07/general-alerta.html>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Constituinte, Forças Armadas e Autonomia Militar. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; et al. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 31-35.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papiro, 1994.

PASSARINHO, Jarbas. **Relações Exteriores: análise e previsão**. Disponível em: <<http://www.clubemilitar.com.br/pdf/artigos/exteriores.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

SANTOS, Jorge Calvario dos. Evolução do Pensamento Estratégico Brasileiro. (Conferência Proferida no Ministério da Defesa – CGERD – em 07 de outubro de 2003). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 20, n. 42, jan./dez., 2003.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem Pagou a Conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

THERBORN, Göran. **The Ideology of Power and the Power of Ideology**. London: Verso, 1980. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_therborn.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Evolução da Marinha Brasileira – Uma Síntese Político Estratégica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 35, p. 32-45, 1997.

Recebido em outubro de 2013.
Aprovado em fevereiro de 2014.